

CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA**Aviso n.º 15 059/2007**

Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 6 de Julho de 2007, a engenheira Maria da Conceição Moreira de Oliveira foi nomeada, por transferência do quadro da CCRN/Gabinetes de Apoio Técnico, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na categoria de técnica superior de 1.ª classe, da carreira de engenheiro civil, do quadro privativo deste município.

A nomeada deverá declarar a aceitação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Agosto de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Chefe de Divisão, *Fernando Gonçalves*.

2611039956

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE**Aviso n.º 15 060/2007****Rescisão de contrato a termo resolutivo**

Em conformidade com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por mútuo acordo e nos termos dos artigos 393.º e 394.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicáveis por força do artigo 2.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi revogado o contrato de trabalho a termo resolutivo, com a contratada Vanda Cristina de Jesus Teixeira Rico Farto Lobato, técnica superior de 2.ª classe/médico veterinário, escalão 1, índice 400, com efeitos a partir de 6 de Agosto de 2007, inclusive.

6 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611039830

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE**Aviso n.º 15 061/2007****Concursos internos gerais de acesso — Carreira técnico-profissional**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meus despachos de 10 de Julho de 2007, se encontram abertos pelo prazo de 10 dias úteis a contar da afixação do presente aviso no *Diário da República* os seguintes concursos internos gerais de acesso para provimento de:

Referência A — um lugar de técnico profissional de biblioteca e documentação de 1.ª classe, pertencente ao grupo de pessoal técnico-profissional, que se encontra vago no quadro de pessoal desta Câmara Municipal;

Referência B — um lugar de técnico profissional de 1.ª classe (área de electricidade), pertencente ao grupo de pessoal técnico-profissional, que se encontra vago no quadro de pessoal desta Câmara Municipal;

Referência C — um lugar de técnico profissional de 1.ª classe (desenhador), pertencente ao grupo de pessoal técnico-profissional, que se encontra vago no quadro de pessoal desta Câmara Municipal;

Referência D — dois lugares de técnico profissional de biblioteca e documentação especialista, pertencente ao grupo de pessoal técnico-profissional, que se encontram vagos no quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

Os concursos reger-se-ão, nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e em conformidade com o disposto no seu artigo 27.º faz-se constar:

1 — Os concursos são válidos para as vagas postas a concurso e cessam com o seu preenchimento.

2 — Podem concorrer os funcionários que reúnam os seguintes requisitos:

2.1 — Gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

2.2 — Especiais:

Referências A, B e C — conforme a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência D — conforme a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

3 — Remuneração e condições de trabalho:

Referências A, B e C — o vencimento mensal ilíquido é o correspondente ao escalão 1, índice 222, na escala indiciária para as

carreiras do regime geral da função pública, actualmente € 725,39, e as condições de trabalho são as genericamente vigentes na administração local.

Referência D — o vencimento mensal ilíquido é o correspondente ao escalão 1, índice 238, na escala indiciária para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente € 777,67, e as condições de trabalho são as genericamente vigentes na administração local.

4 — Conteúdo funcional:

Referências A e D — conforme o Decreto-Lei n.º 247/91, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Julho de 1991.

Referência B — conforme o despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1989.

Referência C — conforme a portaria n.º 351/87, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 29 de Abril de 1987.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se no município de Cantanhede.

6 — Composição do júri:

Referência A — presidente: Dr.ª Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, vice-presidente da Câmara; vogais efectivos: Dr. José Alberto Arêde Negrão, director de departamento Administrativo e Financeiro, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Maria Carlos Cheira Mariano Pêgo, chefe de divisão de Cultura; vogais suplentes: Dr.ª Delfina Gernay Cardoso Moreira, chefe de divisão Financeira, e Dr.ª Cláudia Filipa Quaresma Azevedo Neves Gouveia, chefe de divisão de Educação e Acção Social.

Referência B — presidente: Dr.ª Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, vice-presidente da Câmara; vogais efectivos: Dr. José Alberto Arêde Negrão, director de departamento Administrativo e Financeiro, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos, e engenheiro João Carlos de Oliveira Machado, chefe de divisão de Informação Geográfica; vogais suplentes: Dr.ª Delfina Gernay Cardoso Moreira, chefe de divisão Financeira, e Dr. Sérgio Emanuel Mamede Fernandes, técnico superior de gestão de 1.ª classe.

7 — Métodos de selecção (referências A e B) — consistirão em avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Consideram-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Condições de admissão ao concurso — as candidaturas deverão ser formalizadas por requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, podendo o mesmo, bem como toda a documentação que o deve acompanhar, ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou ser remetido pelo correio com aviso de recepção, endereçado à Secção dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Cantanhede, Praça do Marquês de Marialva, apartado 154, 3064-909 Cantanhede, expedido até ao termo do prazo fixado no aviso do concurso, e nele deverão constar os seguintes elementos:

8.1 — Identificação completa — nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, morada com indicação do código postal, situação militar, número e data do bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e prazo de validade, número de contribuinte, profissão e residência, concurso a que se candidata e a indicação do *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso e, bem assim, declaração, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente aos requisitos constantes das alíneas *a*) a *f*) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, referidas no n.º 2.1 do presente aviso.

8.2 — Quaisquer elementos que o candidato repute serem relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

8.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos são punidas nos termos da lei.

9 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

9.1 — *Curriculum vitae*, actualizado e detalhado, devidamente datado e assinado, indicando, nomeadamente, as funções que exerce e as exercidas anteriormente e os períodos de duração a que umas e outras se reportam, relevante para o exercício das funções inerentes ao lugar a concurso, bem como a formação profissional complementar (estágios, especializações, acções de formação, seminários, etc.).

9.2 — Fotocópia do certificado de habilitações literárias e ou qualificações profissionais exigidas (sob pena de exclusão).

9.3 — Os funcionários deverão apresentar declaração passada e autenticada pelo organismo a que se encontra vinculado donde conste a natureza do vínculo à função pública, a categoria que possui e a respectiva antiguidade na categoria e carreira, bem como o tempo de serviço na função pública.

9.4 — Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte.

9.5 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal desta autarquia ficam dispensados da apresentação dos documentos de requisitos exigidos, desde que constem dos respectivos processos individuais.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — A publicação da relação dos candidatos ao concurso e da lista de classificação final será efectuada nos termos dos artigos 33.º, 34.º, 35.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo sido efectuadas as consultas na BEP a 12 de Junho de 2007, verificando-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, conforme os ofícios n.ºs 4746 e 4747, de 14 de Junho de 2007, relativos aos nossos pedidos n.ºs 6489 e 6490.

9 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*.

2611039837

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso (extracto) n.º 15 062/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, pelo meu despacho n.º 2/AGO/2007, de 3 de Agosto, no uso das competências que me são conferidas pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram nomeados, após terem sido dispensados de estágio, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, engenheiro, do grupo de pessoal técnico superior, na sequência de concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado na parte especial do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 12 de Julho de 2006, os agentes Marta Filipa de Oliveira Barros e Rui Filipe do Rego Azevedo Abreu.

Os nomeados deverão tomar posse no prazo de 20 dias úteis a partir da publicação do presente aviso. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *c*) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

6 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*.

2611039821

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO

Aviso n.º 15 063/2007

Operação de loteamento urbano no sítio do Chelote, Campinas, Faro — Processo de obras n.º 2513/06 — Discussão pública

O Dr. José Apolinário Nunes Portada, presidente da Câmara Municipal de Faro, torna público que foi deliberado, em reunião de câmara ordinária de 3 de Julho de 2007:

Manifestar a intenção de aprovar a operação de loteamento em nome de Antónia Maria Adrião Garcia Vargues e outro. A operação do loteamento em causa incide sobre uma área de 19 823,65 m², que corresponde a parte da parcela cuja área total é de 31 920 m², localizada no Chelote, Campinas. A parcela referida confina a Nascente com a actual EN 2 e a Norte com a Estrada Municipal n.º 518. A proposta em apreço propõe a constituição de 37 lotes, sendo 20 destinados a habitação unifamiliar em banda, 11 destinados a habitação unifamiliar isolada, 2 destinados a habitações unifamiliares geminadas e 4 a habitação colectiva;

Proceder à abertura de um período de discussão pública do loteamento atrás citado, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, podendo os interessados consultar o processo na Secretaria de Obras Particulares desta Câmara Municipal e apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões, devendo as mesmas ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Faro

e remetidas pelo correio ou entregues no local acima indicado durante o período de discussão pública. Este iniciar-se-á oito dias após a publicação deste aviso no *Diário da República* e terá a duração de 15 dias, de acordo com o n.º 3 do artigo atrás referido.

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário*.
2611039962

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 15 064/2007

Nomeação — Dispensas de estágio

Por despacho de 30 de Julho de 2007 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 28 de Maio de 2007, *Boletim Municipal*, n.º 694, de 8 de Junho de 2007), Eduardo António Adelino Lopes e Pedro Afonso Moniz Barreto, técnicos superiores (área de transportes), estagiários, do grupo de pessoal técnico superior, foram nomeados, após terem sido dispensados de estágio, por estarem reunidos os requisitos previamente definidos, técnicos superiores (área de transportes) de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

6 de Agosto de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.

2611039810

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 15 065/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 11 de Junho de 2007, foi reclassificado definitivamente, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, Miguel Ângelo Cavaco Rodrigues, na categoria de motorista de transportes colectivos, do grupo de pessoal auxiliar, que vinha exercendo essas funções em comissão de serviço extraordinária desde 14 de Novembro de 2006.

13 de Junho de 2007. — Por Delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

2611039832

Édito n.º 636/2007

Torna-se público que Maria de Fátima Alves Fernandes Costa, viúva, pretende habilitar-se como herdeira do seu falecido marido, Daniel Martins Costa, ex-funcionário desta autarquia com a categoria de operário principal da carreira de mecânico do grupo de pessoal altamente qualificado, falecido em 8 de Julho de 2007, a fim de poder levantar desta Câmara Municipal a importância ilíquida de € 6797,80, respeitante ao subsídio por morte, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, bem como a outros abonos devidos.

Quem tiver que opor ou vir a habilitar-se ao referido levantamento deve deduzir o seu direito no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente édito no *Diário da República*.

2 de Agosto de 2007. — Por Delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

2611039835

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE MATOSINHOS

Aviso n.º 15 066/2007

Nomeação de Hugo Manuel Rocha Rodrigues e Lígia Maria Araújo Vilela

Para os devidos efeitos legais, torna-se público que o conselho de administração, na sua reunião de 10 de Julho de 2007, deliberou nomear definitivamente Hugo Manuel Rocha Rodrigues e Lígia Maria Araújo Vilela no lugar de técnico superior de engenharia civil principal.

6 de Agosto de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

2611039819